

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026/SMCET/FMC**

**SELEÇÃO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS**

**“GUAXUPÉ 114 ANOS E GUAXUPÉ CAFÉ FESTIVAL 2026”**

**FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA**

**JULGAMENTO DE RECURSO**

**Número de Inscrição:** 019/2026

**Interessado:** Marcelo Francisco do Carmo

**Nome do Projeto:** Prosa, Café, Moda e Viola

**Objeto do Recurso:** Recurso administrativo – Recurso administrativo contra resultado da Etapa de Seleção – Edital de Fomento 07/2026

**I. Relatório**

Marcelo Francisco do Carmo, proponente do projeto “Prosa, Café, Moda e Viola”, inscrito na categoria Música/Bandas (inclusive Duplas e Trios), interpôs recurso contra o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.

Em sua peça recursal, o proponente sustenta, em síntese, que houve subavaliação de sua proposta nos Critérios 2 (Qualidade e Originalidade) e 3 (Planejamento e Adequação Orçamentária).

Quanto ao Critério 2, alega que o projeto atende integralmente aos requisitos previstos no edital, especialmente no que se refere à estruturação, à descrição estética e à existência de dois diferenciais de originalidade, os quais entende terem sido analisados de forma fragmentada pela Comissão.

No tocante ao Critério 3, afirma que a planilha orçamentária atende plenamente às exigências editalícias, defendendo que a diferenciação de valores entre o proponente e os músicos decorre da acumulação de funções e não configura irregularidade, mas sim distribuição equitativa.

Adicionalmente, o recorrente suscita possível inconsistência na aplicação dos critérios avaliativos, ao comparar sua pontuação com a de outros proponentes, requerendo, ao final, a reavaliação das notas atribuídas e sua elevação aos patamares máximos previstos no edital.

**II. Fundamentação**

A Comissão de Seleção procedeu à análise do recurso apresentado, à luz das disposições do edital e dos princípios que regem a Administração Pública, especialmente a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a motivação dos atos administrativos.

Inicialmente, cumpre destacar que a avaliação dos projetos culturais possui natureza técnico-discricionária, sendo realizada com base em critérios qualitativos previamente definidos no

edital, os quais permitem à Comissão valorar não apenas a presença formal de determinados elementos, mas também sua consistência, relevância e grau de aprofundamento.

### 1. Do Critério 2 – Qualidade e Originalidade

Embora o recorrente sustente o atendimento integral dos requisitos, a pontuação atribuída reflete não a ausência dos elementos exigidos, mas o grau em que estes se apresentam na proposta.

O parecer técnico reconheceu expressamente a boa estruturação do projeto e sua clareza conceitual. Contudo, quanto à originalidade, entendeu-se que os elementos apresentados não se sustentam de forma plena como diferenciais consistentes no contexto analisado.

A alegação de que a originalidade deve ser aferida de forma integrada não afasta a prerrogativa da Comissão de avaliar a efetiva força inovadora da proposta. A ambientação inspirada na cultura do interior e o formato intimista, ainda que pertinentes e coerentes, foram considerados insuficientes, no caso concreto, para caracterizar múltiplos diferenciais robustos de originalidade, nos termos exigidos para pontuação máxima.

Importa ressaltar que o edital não estabelece avaliação meramente binária (atende/não atende), mas permite gradação de pontuação conforme o nível de excelência da proposta. Assim, o atendimento parcial ou moderado dos requisitos justifica a atribuição de pontuação intermediária, como ocorreu no presente caso.

### 2. Do Critério 3 – Planejamento e Adequação Orçamentária

No que se refere ao planejamento orçamentário, a Comissão reconheceu que a proposta apresenta estrutura formal adequada, com identificação de funções e valores.

Todavia, a análise qualitativa evidenciou fragilidade na justificativa da distribuição dos recursos, especialmente diante da diferença significativa entre a remuneração do proponente e dos demais integrantes.

Ainda que a acumulação de funções possa justificar diferenciação de valores, cabe à proposta demonstrar de forma clara, objetiva e proporcional essa relação, o que, no entendimento técnico da Comissão, não se apresentou de maneira suficientemente consistente para fins de pontuação máxima.

A argumentação recursal, ao reiterar a multiplicidade de funções exercidas pelo proponente, não afasta a necessidade de clareza e proporcionalidade na composição orçamentária, nem invalida a avaliação quanto à necessidade de maior equilíbrio e transparência.

Destaca-se que o conceito de equidade previsto no edital não se limita à mera justificativa funcional, mas envolve também a percepção de proporcionalidade e adequação global dos custos em relação ao conjunto da proposta, sendo legítima a consideração desse aspecto na análise qualitativa.

### 3. Das Alegações de Isonomia e Comparação com Outros Projetos

As alegações de suposta discrepância em relação à pontuação atribuída a outros proponentes não prosperam.

A avaliação de cada projeto é realizada de forma individualizada, considerando suas especificidades, contexto e conjunto de elementos apresentados. Comparações pontuais entre propostas distintas não são suficientes para demonstrar violação ao princípio da isonomia, sobretudo em avaliações de natureza qualitativa.

Ademais, o recurso administrativo não se presta à reavaliação de propostas de terceiros, limitando-se à análise da legalidade e adequação da decisão referente ao próprio recorrente.

### **III. Conclusão**

Diante do exposto, verifica-se que os argumentos apresentados no recurso não demonstram erro material, ilegalidade ou afronta aos critérios estabelecidos no edital, mas tão somente inconformismo com a valoração técnica realizada pela Comissão.

A reanálise do projeto confirma que a pontuação atribuída nos Critérios 2 e 3 reflete adequadamente o nível de atendimento aos parâmetros qualitativos previstos, não havendo elementos que justifiquem sua revisão.

Assim, a Comissão de Seleção decide pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo apresentado por Marcelo Francisco do Carmo, mantendo-se inalterado o resultado preliminar da Etapa de Seleção do Edital nº 07/2026/SMCET/FMC.